

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.795.435 - RJ (2019/0039397-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**  
**RECORRENTE** : FUNDO ÚNICO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
**PROCURADOR** : GUSTAVO AREAL PIRES E OUTRO(S) - RJ136014  
**RECORRIDO** : NANCIR DA SILVA ESTEVES  
**ADVOGADOS** : JÚLIO CESAR BRANDÃO DE OLIVEIRA - RJ110483  
JOSÉ CARDOZO DE OLIVEIRA - RJ165240

**EMENTA**

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. PECÚLIO *POST MORTEM*. INTERPRETAÇÃO DE LEI LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL E LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto com fundamento no artigo 105, III, “a”, da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, assim ementado (fls. 136-137):

AGRAVO INTERNO. APELAÇÃO. REEXAME NECESSÁRIO. RIOPREVIDÊNCIA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PECÚLIO *POST MORTEM*. SÚMULA Nº 340 DO STJ. PREVISÃO LEGAL. NATUREZA CONTRIBUTIVA DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO. DIREITO ADQUIRIDO.

ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXA JUDICIÁRIA.

1. A hipótese é de pedido de concessão de benefício *post mortem* a viúva beneficiária de servidor falecido.

2. Súmula 340 do STJ - A lei aplicável para fins previdenciários é aquela vigente na data do óbito do ex-servidor, assim, tendo o servidor falecido em 25/02/2006, a percepção do benefício encontra amparo legal nos artigos 26, III, e 45 da Lei Estadual 285/79, eis que estes só foram revogados com o advento da Lei Estadual nº 5.109/2007.

3. Inexistência de ofensa ao artigo 40, § 12, da Constituição Federal ou ao artigo 5º da Lei nº 9717/98, pois o pagamento do benefício impõe-se em respeito ao princípio do direito adquirido, nos termos do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.

4. Reafirmando a possibilidade de apreciação de ofício das questões relativas a juros e correção monetária, reparando o julgado para aplicar o comando do artigo 1º-F da Lei 9.494/97 com a alteração da Lei 11.960/09 - segundo a sistemática vigente antes do julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425.

5. As decisões de mérito proferidas pelo STF no julgamento das Ações Diretas de Inconstitucionalidade nº 4.357 e 4.425 não tem eficácia enquanto não houver a modulação de efeitos, pelo que continuam em vigor as regras anteriores.

**NEGATIVA DE PROVIMENTO AO AGRAVO INTERNO. REFORMA**

PARCIAL DE OFÍCIO.

Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos.

Nas razões da presente irresignação, o recorrente sustenta ofensa ao artigo 5º da Lei 9.717/1998, ao argumento de que o referido dispositivo legal "impede, expressamente, o pagamento pelos sistemas previdenciários de cada entidade da Federação de benefício distinto daqueles pagos pelo INSS" e, portanto, "o pagamento de pecúlio *post mortem* por entidades previdenciárias passou a ser inconstitucional e ilegal" (fl. 184).

Com contrarrazões.

Juízo positivo de admissibilidade às fls. 230-233.

É o relatório. Passo a decidir.

Inicialmente, registra-se que "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo n. 2, aprovado pelo Plenário do Superior Tribunal de Justiça em 9/3/2016)".

Sob esse enfoque, colhe-se do aresto impugnado a seguinte fundamentação (fl. 139-143):

[...]

O presente recurso visa a rediscussão de questão pacificada e apreciada na decisão monocrática que ora se transcreve e cujos fundamentos adoto, mais uma vez, como razões de decidir:

A HIPÓTESE É DE AÇÃO DE COBRANÇA DE PECÚLIO POST MORTEM, AJUIZADA POR NANCIR DA SILVA ESTEVES EM FACE DO RIOPREVIDÊNCIA, EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE SEU MARIDO, EX- SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL, EM 04.03.2007.

AO CONTRÁRIO DO QUE SUSTENTA A AUTARQUIA RECORRENTE, O BENEFÍCIO PRETENDIDO NÃO PADECE DE FALTA DE PREVISÃO LEGAL.

É QUE, EMBORA O BENEFÍCIO ORA PLEITEADO TENHA SIDO EXTINTO PELA LEI ESTADUAL 5109/2007, QUANDO DO FALECIMENTO DO SERVIDOR, EM 04.03.2007, AINDA SE ENCONTRA EM VIGOR A LEI ESTADUAL 285/79, QUE PREVIA O PAGAMENTO DESTES PECÚLIO NO VALOR DE CINCO VEZES O VENCIMENTO BASE DA CONTRIBUIÇÃO DO MÊS DO ÓBITO, PARA OS BENEFICIÁRIOS INDICADOS PELO SERVIDOR FALECIDO, OU NA FALTA DE INDICAÇÃO, PELA ORDEM DE PREFERÊNCIA ESTABELECIDO NO §1º, DO ART. 45 DO MESMO DIPLOMA LEGAL.

NA FORMA DA SÚMULA Nº 340 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, A LEI APLICÁVEL PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS É AQUELA VIGENTE NA DATA DO ÓBITO DO EX-SERVIDOR.

SÚMULA Nº340 DO STJ:

“A LEI APLICÁVEL À CONCESSÃO DE PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE É AQUELA VIGENTE NA DATA DO ÓBITO DO SEGURADO”.

CABE FRISAR QUE O SISTEMA PREVIDENCIÁRIO TEM NATUREZA CONTRIBUTIVA, ASSIM, A VEDAÇÃO CONTIDA NO ARTIGO 5º, DA LEI Nº 9717/98, QUE IMPEDE QUE OS ENTES CONCEDAM BENEFÍCIOS DISTINTOS DAQUELES PAGOS PELO INSS, NÃO PODE PREJUDICAR A APELANTE, SOB PENA DE

AFRONTA AO PRINCÍPIO DO DIREITO ADQUIRIDO E LOCUPLETAMENTO SEM CAUSA DA ADMINISTRAÇÃO, POIS O SERVIDOR FALECIDO CONTRIBUIU DURANTE A SUA VIDA LABORATIVA PARA QUE SEUS DEPENDENTES PERCEBESSEM O BENEFÍCIO POSTULADO.

DESTE MODO, NÃO HÁ QUE SE FALAR EM OFENSA AO ARTIGO 40, § 12, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL OU AO ARTIGO 5º DA LEI Nº 9717/98, POIS O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO IMPÕE-SE EM RESPEITO AO PRINCÍPIO DO DIREITO ADQUIRIDO, NOS TERMOS DO ARTIGO 5º, XXXVI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ACRESCENTE-SE QUE A DISCIPLINA FEDERAL TRAZIDA COM A LEI 9717/98 NÃO SE APLICA AO CASO EM TELA, VISTO QUE, COMO DETERMINA O ARTIGO 13 DA LEI Nº.

8212/91, OS SERVIDORES ESTADUAIS ESTÃO SUBMETIDOS A UM REGIME ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA ESTABELECIDO PELA LEGISLAÇÃO ESTADUAL, NÃO ESTANDO, PORTANTO, VINCULADOS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.

DESTE MODO, A HIPÓTESE EM ANÁLISE NÃO ESTÁ SUBMETIDA AO REGIME GERAL E SIM À LEI ESTADUAL Nº. 285/79, LEGISLAÇÃO EM VIGOR NA DATA DO ÓBITO DO SERVIDOR, DIPLOMA ESTE QUE PREVIA, EXPRESSAMENTE, A POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO PECÚLIO PRETENDIDO.

[...]

ENTENDIMENTO ADOTADO PELA JURISPRUDÊNCIA DESTE TRIBUNAL DE JUSTIÇA EM REITERADOS JULGADOS:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. RIOPREVIDÊNCIA. PECÚLIO POST MORTEM. DIREITO À PERCEPÇÃO DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PREVISTO NA LEI ESTADUAL Nº 285/79, VIGENTE À ÉPOCA DO ÓBITO (30/01/2004), E QUE RESTOU MANTIDO APÓS A EDIÇÃO DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20 E DA LEI Nº 9.717, AMBAS DE 1998, EXTINTO SOMENTE EM 2007, ATRAVÉS DA LEI ESTADUAL 5.109. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO Nº 340, DO STJ. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA DEVIDAMENTE FIXADOS. PRECEDENTES DO TJERJ. NOVA REDAÇÃO DO ENUNCIADO 76 TJRJ. ISENÇÃO DAS AUTARQUIAS AO PAGAMENTO DA TAXAJUDICIÁRIA. RECURSO A QUE SE DA PARCIAL PROVIMENTO. (0129235-37.2008.8.19.0001 - APELACAO / REEXAME NECESSARIO - 1ª EMENTA - DES. CARLOS AZEREDO DE ARAUJO - JULGAMENTO: 09/10/2014 - NONA CAMARA CIVEL)

[...]

NO CASO EM TELA ENCONTRAM-SE SATISFEITOS OS REQUISITOS QUE AUTORIZAM A CONCESSÃO DO PECÚLIO POST MORTEM. DESTE MODO, FAZ JUS A AUTORA AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO.

ASSIM SENDO, UMA VEZ QUE HÁ EXPRESSA PREVISÃO LEGAL AUTORIZANDO A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO, E QUE A PARTE AUTORA FEZ PROVA DO FATO CONSTITUTIVO DO SEU DIREITO, HÁ DE SER MANTIDA A SENTENÇA QUANTO À QUESTÃO DE FUNDO.

[...]

Nessa senda, evidencia-se que a tutela jurisdicional foi prestada na instância ordinária com fundamento nas Leis Estaduais 285/1979 e 5.109/2007, razão por que o

recurso especial não deve ser conhecido nesta Corte Superior por demandar interpretação de normativo estranho à legislação federal. Aplica-se ao caso a Súmula 280/STF.

Ademais, não compete a este Superior Tribunal, em sede de recurso especial, apreciar a existência de conflito entre lei estadual e lei federal, sob pena de incorrer em usurpação de competência própria do STF, constante do art. 102, III, "d", da Constituição Federal.

Nesse sentido (grifos nossos):

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC/73. NÃO OCORRÊNCIA. PECÚLIO POST MORTEM. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS DE LEGISLAÇÃO LOCAL. SÚMULA 280/STF. INCIDÊNCIA. CONFLITO ENTRE LEI LOCAL E LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO CARACTERIZAÇÃO.

[...]

2. O exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria a análise de dispositivos de legislação local, qual seja, da Lei Estadual nº 285/79, pretensão insuscetível de ser apreciada em recurso especial, conforme a Súmula 280/STF ("Por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário").

3. "A desconformidade da legislação local com o disposto na Lei n. 9.717/98 e na Lei n. 8.213/91 converge à existência de conflito entre lei local e lei federal, questão que só pode ser resolvida pelo Supremo Tribunal Federal, pois trata-se, em última análise, de matéria constitucional relacionada ao pacto federativo (art. 102, III, alínea "d", da CF)" (AgRg no REsp 1.366.339/MS, Rel. Ministro Humberto Martins, Segunda Turma, julgado em 04/06/2013, DJe 10/06/2013).

4. Obstado o recurso especial pela alínea c do permissivo constitucional, sendo certo que não foram atendidas as exigências dos arts. 541, parágrafo único, do CPC/73 e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

5. Agravo interno não provido. (AgInt no REsp 1758597/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe 06/11/2018)

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. LEI LOCAL CONTESTADA EM FACE DA LEI FEDERAL. COMPETÊNCIA DO STF. ART. 102, III, "D", DA CF/1988. GARANTIA DO RECEBIMENTO DO PECÚLIO POST MORTEM, PELO TRIBUNAL DE ORIGEM, À LUZ DA LEI 285/79. EXAME DE LEGISLAÇÃO ESTADUAL. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 280/STF, POR ANALOGIA.

[...]

2. No caso dos autos, a parte recorrente aduziu negativa de vigência ao art. 5º da Lei 9.717/1998, diante da impossibilidade de o Estado pagar pecúlio post mortem aos beneficiários de ex-servidor público, tendo em vista que as disposições da Lei Estadual 285/1979, que previam o pagamento de pecúlio post mortem, pela entidade previdenciária do Estado do Rio de Janeiro, tiveram sua eficácia suspensa, com a edição da Lei 9.717/1998, que regulamentou as mudanças inauguradas pela EC 20/1998.

3. Por sua vez, o Tribunal de origem decidiu a controvérsia com fundamento na Lei Estadual 285/1979, que agora é contestada, em face da Lei Federal 9.717/1998.

4. No entanto, após a edição da Emenda Constitucional 45/2004, a

competência para julgar as causas decididas, em única ou última instância, quando a decisão recorrida julgar válida lei local, contestada em face de lei federal, foi transferida para o STF, nos termos do art. 102, III, d, da CF/1988.

5. Ademais, o Tribunal a quo apreciou o tema à luz da sucessão de Leis estaduais - Lei Estadual 285/1979 e Lei Estadual 5.109/2007 -, para concluir que seria aplicável a legislação vigente à época do óbito do segurado, de modo a afastar a competência do STJ para o deslinde do desiderato contido no Recurso Especial, pelo que incide, na espécie, a Súmula 280 do STF.

6. Recurso Especial não conhecido. (REsp 1768965/RJ, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 19/11/2018)

Confira-se, ainda, as seguintes decisões monocráticas: REsp 1.757.201/RJ, Rel. Ministro Sérgio Kukina, DJe 27/8/2018; REsp 1.749.327/RJ, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, DJe 24/8/2018; REsp 1.748.581/RJ, Rel. Ministra Regina Helena Costa, DJe 2/8/2018.

Ante o exposto, **não conheço** do recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 14 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES

Relator